



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

## RESUMO EXECUTIVO DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNS

### ABERTURA

Aos vinte e sete dias de fevereiro de dois mil e dois, na sala de reunião **Conselheiro Omilton Visconde**, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Vigésima Primeira Reunião Extraordinária do CNS.

### ITEM 01 – AVALIAÇÃO DOS RECURSOS, ESTRATÉGIA ADOTADA E RESULTADOS DO CONTROLE DA DENGUE E DO *Aedes aegypti* PELO SUS NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO

**Dr. Jarbas Barbosa**, representante da FUNASA, expôs sobre a situação da dengue no Brasil. Nesse sentido, ressaltou os seguintes pontos: **a)** plano de identificação do controle da dengue; **b)** fatores que contribuem para disseminação da doença; **c)** crescimento do *Aedes aegypti* no Brasil entre 1991 e 2000; **d)** fatores favoráveis ao crescimento da dengue; **e)** dificuldade tecnológica de erradicação do mosquito; e **f)** planos de intensificação das ações de controle da dengue. Sugeriu, ainda, uma atenção maior para o estado do Rio de Janeiro devido ao altíssimo número de casos de dengue clássica e dengue hemorrágica. **Conselheiro Gilson Cantarino**, **Conselheiro Representante do CONASS**, apresentou um levantamento realizado pelo CONASS junto aos estados para obter informações relativas a situação da dengue e as observações de cada unidade federada. Apresentou, ainda, propostas de combate à dengue da Organização Pan-Americana de Saúde, que segundo ele, seriam de grande valia na discussão de propostas de combate da dengue no Brasil. Destacou, também, os números da Fundação Nacional de Saúde em relação ao crescimento de casos de dengue nos estados brasileiros em 2000 e 2001. Disse que não se deve considerar o estado do Rio como o centro de gravidade do problema, pois há estados com número de incidência maior. Afirmou, ainda, que não se deve tratar a dengue como uma questão local sob o risco de se formular soluções que não atendam a realidade do país. **Senhora Gilvânia Westin Cosenza**, **Assessora da Secretaria Técnica do CONASS**, informou sobre questões relativas à dengue apresentadas na reunião da Câmara Técnica de Epidemiologia onde estiveram presentes representantes de vinte e duas unidades federadas do país. **Conselheiro Silvio Mendes**, representante do CONASEMS, ressaltou o sensacionalismo por parte da imprensa e a utilização política da crise. Enfatizou, também, a necessidade de se ter bom senso na condução do processo da dengue e a necessidade de prevenção para o próximo ano já que há um crescimento considerável no número de mosquitos no período de chuvas em relação aos outros períodos do ano. Na sua opinião, a responsabilidade pela epidemia é de todos, enfatizando a importância da participação da população no combate da mesma. Fez encaminhamento no sentido de que seja formada uma comissão que tenham conhecimento científico, responsabilidade de gestão e de controle social para se discutir medidas que corrijam os erros recorrentes. Apresentou as seguintes recomendações discutidas junto aos gestores municipais: **a)** evitar a politização do problema dengue; **b)** difundir em cada município a idéia de coletividade no combate ao mosquito; **c)** utilizar a mídia para massificar informações; **d)** trabalhar a rede escolar pública e privada em todos os níveis: fundamental, médio e superior; **e)** resolver as questões de saneamento básico; e **f)** necessidade de encaminhamento de uma Medida Provisória que conceda poder às autoridades para determinar a entrada nos imóveis fechados para fazer dedetizações. Concluiu enfatizando a necessidade de criação da comissão e a dificuldade enfrentada no que se refere a questão do financiamento dos recursos humanos, vez que o dinheiro destinado ao combate de epidemias

ainda não é suficiente. Conselheiro **José Noronha**, Coordenador da Mesa, encerrou a apresentação ressaltando a necessidade de redefinição dos papéis e atribuições dos três níveis do governo e na *repactuação* de estratégias locais, regionais e estaduais. Solicitou que na próxima reunião da Tripartite o assunto sobre a dengue fosse tratada e que, o Conselho tomasse conhecimento das ações concretas desenvolvidas para combater a epidemia de dengue no país.

## **ITEM 02 – AVALIAÇÃO DA ATUAL ETAPA DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIRO DE SAÚDE E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Dra. Isabel Maior**, Gerente de Projeto – SIS/MS, informou que a proposta inicial da apresentação do projeto objetivava responder todas as solicitações do Conselho Nacional de Saúde, dirigidas à Gerência do Projeto. A seguir, apresentou o histórico do projeto de capacitação de conselheiros de saúde e membros do Ministério Público esclarecendo os seguintes pontos: **a)** objetivo geral; **b)** particularidades do projeto de capacitação de conselheiros e do projeto dos membros do Ministério Público; **c)** instituições consorciadas ao projeto; **d)** recursos destinados ao projeto e o valor total do mesmo; **e)** importância de uma instância de controle social do projeto; **f)** atribuições do comitê de acompanhamento; **g)** importância da participação do Conselho Estadual, Secretaria Estadual e o Ministério Público de cada estado no andamento do projeto; **h)** cronograma das atividades realizadas. A seguir, **Prof. Antônio Ivo**, Coordenador do Consórcio Executor, destacou os seguintes aspectos operacionais do projeto: **a)** objetivo; **b)** metodologia; **c)** oficinas de trabalho; **d)** número total de conselheiros a serem capacitados; **e)** quantidade de monitores responsáveis pelas oficinas de capacitação; **f)** número de participantes por oficina; **g)** duração do curso; **h)** material utilizado; e **i)** obrigações recíprocas entre o consórcio e as entidades. Conselheira **Ana Maria Barbosa**, Membro do Comitê de Acompanhamento, falou essencialmente da dificuldade que os Conselheiros têm em aprovar os documentos do Projeto em virtude da falta de discussão prévia e de vários questionamentos com relação ao conteúdo. Sugeriu, a participação ativa dos Conselhos Estaduais em todas as etapas do projeto. Conselheira **Zênite da Graça de Freitas**, Membro do Comitê de Acompanhamento, afirmou que uma série de questões apresentadas na exposição da *Dra. Isabel Maior* e do *Prof. Antônio Ivo* não eram do conhecimento do Comitê de Acompanhamento. Tal fato seria resultado do descompasso das atividades do Comitê de Acompanhamento com o Projeto de Capacitação de Conselheiros em si. Segundo a Conselheira, o Comitê de Acompanhamento não pôde analisar a nova versão do subprojeto 1 e 2, apresentado pelo Consórcio, porque o documento não chegara a tempo de ser discutido. Propôs a reativação do Grupo de Acompanhamento do CNS, a articulação entre Consórcio, Comitê e Estado, calendário das ações do projeto, que os esclarecimentos acerca das questões indagadas fossem feitas o mais rápido possível; e **c)** que o assunto sobre capacitação seja ponto de pauta nas reuniões do CNS.

## **ITEM 03 – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA NOB-RH-SUS**

Conselheiro **Gilson Cantarino**, Coordenador da CIRH/CNS, fez breve apresentação do documento “Princípios e Diretrizes para uma NOB/RH-SUS”, esclarecendo que as alterações realizadas no documento, por consenso, não comprometeram o conteúdo das versões apresentadas e discutidas em diversas oficinas de trabalho e na proposta da Conferência Nacional de Saúde. Segundo o Conselheiro, as alterações em muito contribuíram para a redução significativa dos problemas de resistência na área da gestão e foram aprovadas pelo CONASS e CONASEMS. Fez leitura e comentário do novo texto denominado quarta e última versão, contendo as alterações pactuadas na Comissão de Recursos Humanos. O texto foi aprovado, por unanimidade, tendo o Conselheiro **Elias Rassi**, Representante do MS, elencado alguns destaques em seu voto.

## **DELIBERAÇÃO**

- 1) A aprovação do documento sobre os princípios e diretrizes da NOB-RH-SUS.